



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 11 2015	16h43min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 98ª
(NONAGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O Expediente lido vai à publicação.

Vou suspender a sessão por 5 minutos, até que cheguem ao plenário os nobres Deputados, que estão chegando da reunião do Colégio de Líderes. É importante que todos possam vir ao plenário nesta tarde, já que hoje há acordo para votarmos alguns projetos dos Deputados. É importante que a gente possa fazer isso, e a presença dos Deputados em plenário é fundamental.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h46min, a sessão é reaberta às 16h50min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Declaro reaberta a sessão.

Dá-se início ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 11 2015	16h43min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

A sessão será suspensa por mais 5 minutos até chegarmos a um acordo quanto à pauta de votação.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h51min, a sessão é reaberta às 16h55min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Declaro reaberta a presente sessão.

Quero saudar as pessoas que estão no plenário, sejam bem-vindas. Estou vendo pessoas de Samambaia, do Condomínio Renascer. Sejam bem-vindas à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero, ao me dirigir novamente desta tribuna ao Distrito Federal, nesta Casa, chamar a atenção principalmente da imprensa que está aqui presente.

O Governador Rodrigo Rollemberg encaminhou a esta Casa, na quinta-feira – e foi lido, portanto, já está tramitando –, o Projeto de Lei Complementar nº 35, de 2015, que trata da cobrança pelo uso de área pública junto a imóveis residenciais. Nós já estamos expressando nossa opinião.

A cobrança pelo uso de área pública dos imóveis residenciais nada mais é do que um novo IPTU disfarçado de preço público. Ele tentou, tentou, Deputado Bispo Renato Andrade, aquela aprovação do IPTU, não conseguiu e agora manda um IPTU disfarçado. Seu único objetivo é arrecadar... Aliás, o Governador Rollemberg parece ter como único objetivo tirar dinheiro da população com aumento da carga tributária.

O projeto, como outros apresentados pelo Governo nesta Casa, é confuso, oneroso, mal redigido e burocrático. Cria-se um plano de ocupação de áreas públicas contíguas às unidades imobiliárias residenciais unifamiliares - PLUNI, como condição para a regularização. É mais um plano para retardar a regularização das áreas públicas já ocupadas. Determina que os atuais lotes sejam cercados. Ora, o proprietário deve ter a liberdade para cercar ou não o seu lote.

O Projeto tem 29 artigos e desses, 15 artigos cuidam de infrações e penalidades; ou seja, o Governador Rollemberg tem foco de punir.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 11 2015	16h43min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Não definiu como será cobrado o preço público. Será junto com o IPTU ou em documento separado? Estabeleceu como valor mínimo a cobrança sobre 30 metros quadrados, ou seja, se houver uma ocupação de 10 metros quadrados, o proprietário lindeiro pagará sobre 30 metros quadrados. Isso é uma extorsão!

O critério usado para calcular o valor a ser extorquido da população é o pior possível, pois usa a base de cálculo do ITBI, imposto que pagamos na compra e venda de imóveis. É um critério injusto, porque o valor do metro quadrado de área pública junto a residências da Ceilândia, Candangolândia, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Planaltina, Samambaia, Sobradinho, Taguatinga, Paranoá e Riacho Fundo é, em muitos casos, maior do que o valor do mesmo metro de área pública do Park Way e Setor de Mansões Dom Bosco. Nada contra os moradores desses dois setores, mas quem neles mora tem muito mais condições econômicas do que quem mora na Ceilândia, no Gama ou em Planaltina.

Na lista anexa, há alguns exemplos levantados com base na pauta que o Governo mandou para a CLDF no início do ano. Essa pauta estaria com os valores atualizados, mais ou menos iguais ao do ITBI. Esta Casa já rejeitou os aumentos de IPTU, CIP e IPVA propostos pelo Governador Rollemberg; agora, ele vem, de outra forma, tentando mais uma vez tirar dinheiro da população.

E nós temos aqui a relação, vamos disponibilizar para a imprensa. Ao contrário do que o secretário de habitação disse agora na reunião lá na presidência... Eu acho que ele não leu o projeto, bem como alguns Deputados que defendem o governo também não leram; na hora em que ler vão ver a realidade. A felicidade nossa é que temos um dos maiores especialistas nesta Casa, que é o professor Willemann. Ele fez o levantamento que está aqui detalhado, setor por setor, e nós vamos disponibilizá-lo para todos os Deputados e para a imprensa.

Já quero, de antemão, posicionar-me contra o projeto da maneira como ele está colocado aqui. E não venha, Deputado Wellington Luiz, o governo dizer, porque está usando a propaganda paga na televisão, que tem mais projeto de arrecadação aqui nesta Casa; este, ele nem tinha mandado, mas já estava dizendo, jogando a responsabilidade na Câmara Legislativa como se ela fosse culpada. Nós, os Deputados daqui, ampliamos a arrecadação do Distrito Federal em 1 bilhão e 500 milhões.

Além desse, o governo mandou também, na semana passada, e eu já denunciei, outro projeto que aumenta a taxa de licenciamento de veículo em 41%, vai de 57 para 87; 41% de aumento. Quem tem um carrinho, por mais modesto que seja, irá pagar 41% a mais – 41% a mais! – para um órgão que já está abarrotado de dinheiro, que é o Detran. Órgão que não tapa um buraco e diz que é para fazer educação de trânsito; e não faz. Portanto, esse sobre a taxa de licenciamento de veículo, eu também voto contra. O máximo que eu aceito é corrigir pela inflação. Ele mandou de novo – daqui a pouco eu vou pegar o anexo para que o Willemann possa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 11 2015	16h43min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

analisar, pois eu acabei de ler ali quando estava secretariando a mesa – o IPVA. Vamos verificar qual a taxa que ele está enviando para o IPVA – ele não pode aumentar o IPVA, porque nós já derrotamos o aumento do IPVA aqui nesta Casa – bem como o do IPTU, o da Taxa de Limpeza Pública e o da Taxa de Iluminação Pública.

Portanto, é preciso que o governo governe efetivamente e pare de só mirar o bolso do povo, especialmente o da classe média, que é quem paga o preço maior. Não dá para aceitar a maneira como está sendo colocado. A gente tem votado projetos de interesse do governo aqui, mas esses não dá.

Quero dizer aos servidores que ainda estão parados e estão aí assistindo pela *internet* esse nosso pronunciamento que não somos culpados de o governo não negociar com eles. Nós ampliamos, botamos no bolso do governo 1 bilhão e 500 milhões a mais a partir do próximo ano.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Faço minhas as suas palavras naquilo que V.Exa. acabou de dizer. Infelizmente, o Governador está perdido naqueles projetos que ele envia a esta Casa. Mas o pior de tudo é, exatamente, jogar a população contra esta Casa que tanto sacrifício tem feito para que o Distrito Federal não pare em definitivo. Eu tenho certeza absoluta de que hoje as coisas estão andando pelo voto que cada Deputado tem dado nesta Casa em favor da população do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz pelo Bloco Parlamentar Democrático e Trabalhista.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Parlamentar Democrático e Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Presidente, companheiros Parlamentares, servidores, todos que estão aqui na galeria.

Estou vendo ali a faixa do Condomínio Renascer e eu quero, em primeiro lugar, solidarizar-me com essas famílias e dizer, Deputados, pois isso me chama a atenção, que eu fui Secretário de Estado de Regularização de Condomínios e essas famílias, especificamente, estão sendo punidas por terem cumprido a lei. Elas servem para mim de parâmetro. Na época, eu lembro-me muito bem desse caso, foi um dos poucos condomínios que obedeceram às regras do governo naquela época, que dizia assim: “Não invadam, que o condomínio de vocês será regularizado”. Pois eles fizeram exatamente isso. Eles não invadiram e acabaram, por isso, sendo punidos; ou seja, cumpriram a lei e, por essa razão, foi um dos poucos que acabaram não sendo regularizados. E, para aqueles que invadiram, logo depois, eu, como secretário, ouvi essa frase do governo anterior: “Não, nós vamos regularizar primeiro aqueles que estão na terra”. Ou seja, puniram aqueles que cumpriram a lei e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 11 2015	16h43min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

atenderam àqueles que tinham descumprido, invadindo. Quero dizer que vocês têm toda a minha solidariedade. Quero dizer a vocês que, se depender de mim, esse condomínio vai ser regularizado, sim, porque é uma questão de direito, é uma questão legal e é o mínimo que tanto o Executivo quanto o Legislativo fazem por uma questão de justiça. Tenham da nossa parte todo o reconhecimento. Muito obrigado.

Num segundo momento, estou vendo os nossos companheiros, nossos amigos da Novacap, servidores públicos que aguardam aí a tão sonhada aprovação da PELO nº 18. Quero aqui chamar atenção do nosso Líder de Governo, Deputado Julio Cesar. Quero inclusive dizer para vocês o importante papel que o Deputado Julio Cesar teve nesse processo, S.Exa. é Líder de Governo. Nós estamos construindo um consenso para que isso possa ser aprovado. Desde a semana passada, o Deputado Julio Cesar e o Deputado Bispo Renato Andrade têm nos ajudado nesse sentido. Hoje nós quase conseguimos. Ficou no quase realmente, mas há um acordo – e eu quero que vocês registrem isso – com a Liderança do governo, com a base do governo para que amanhã impreterivelmente seja votado e aprovado esse projeto que é bom para vocês, mas é muito bom para o governo e melhor ainda para a sociedade de Brasília. Para que isso aconteça, é importante que vocês estejam aqui amanhã e que esta Casa honre a palavra que está sendo dada. Que a gente aprove e que a gente possa construir uma Brasília melhor, com os servidores públicos bem motivados.

O André está aí? Cadê o André? Você, como representante, tem feito um trabalho espetacular à frente desses importantes servidores e dessa empresa que presta um serviço especializado. Podem ter certeza absoluta de que amanhã, se Deus quiser, a gente vai sair daqui com a boa notícia. Não só a Novacap, mas todas as demais empresas públicas que aguardam por esse importante momento há muitos e muitos anos. Lembramos que esse é um projeto que foi idealizado pelo Deputado Rôney Nemer, meu amigo Deputado Federal. Amanhã, com certeza, S.Exa. estará aqui juntamente com o Rogério, que é um companheiro nosso. Você está aí, Rogério? Obrigado, Rogério. Se Deus quiser, amanhã a gente fecha isso. Viu, Deputado?

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, quero primeiramente parabenizar o pessoal que está lutando pela PELO nº 18. Quero dizer realmente que foi só um detalhe que nos impediu de estarmos aqui hoje votando, mas há um acordo no Colégio de Líderes para que amanhã estejamos apoiando esse projeto, essa PELO nº 18. V.Exa. pode contar comigo, Líder do Governo, e com os demais Deputados que ali estiveram. Com certeza, amanhã será um grande dia para vocês, que devem realmente vir a esta



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 11 2015	16h43min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Casa. Eu quero dizer que V.Exa. pode contar comigo. Já disse que não é porque estou do lado do governo que, muitas vezes, não apoie quem esteja na Oposição. Quero dizer que V.Exa. vem dando um sinal muito bom para Brasília com o trabalho que vem fazendo e está ajudando o governo, muitas vezes, a votar os projetos. Pode contar comigo. Amanhã estaremos juntos.

Quero mandar um abraço para o pessoal do Condomínio Renascer. Quero dizer que a gente está junto também nessa causa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado Julio Cesar.

Eu me esqueci de fazer menção ao Messias, que é um lutador. Messias, um forte abraço, o meu reconhecimento de toda a sua luta. Muito obrigado. Eu quero também fazer um reconhecimento ao Deputado Rodrigo Delmasso e aos Deputados da Comissão de Constituição e Justiça: Deputado Bispo Renato Andrade, Deputado Raimundo Ribeiro, Deputada Sandra Faraj. Esses Deputados que acabei de citar nos ajudaram na aprovação da PELO nº 18.

O Deputado Rafael Prudente também nos ajudou. Meu muito obrigado.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, primeiro parabenizo V.Exa. pelo brilhante projeto e por essa articulação junto ao Deputado Rôney Nemer. Como já adiantei o meu voto na Comissão Especial de Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica, fico um pouco sentido de não poder votar isso hoje aqui no plenário, porque a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 18, de 2015, Deputado Rafael Prudente, traz justiça ao Distrito Federal e aos servidores das autarquias, das empresas públicas, principalmente àquelas que estão em fase de liquidação. Essas empresas estão em fase de liquidação. Se houver a liquidação sem que essa PELO seja aprovada, os servidores serão prejudicados.

Então, parabenizo V.Exa. e já antecipo meu voto: estarei aqui amanhã para votar “sim” à proposta de emenda à Lei Orgânica, assim como vocês na Comissão Especial de Análise das Propostas de Emenda à Lei Orgânica.

Obrigado, Deputado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado. Será amanhã às 15h30min.

Quero também me solidarizar com a questão das quadras QE 38 e 58. Conversamos hoje no Colégio de Líderes sobre essa situação. Conversamos com o Secretário de Habitação. Há, sim, o acordo para tentar resolver isso o mais rápido possível, é uma questão de justiça. Será amanhã às 15h30min. Sobre o Guará, fui



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 11 2015	16h43min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

morador do Guará muitos anos, tenho uma representação política lá importante. Da nossa parte, há todo o apoio.

Sr. Presidente, permita-me entrar numa situação que eu acho importante. Nós vamos completar um ano de governo. Claro que é um governo importante, que entrou com a bandeira da transparência, mas desculpem-me: parece muito mais o governo da transferência do que o da transparência, porque é um governo que transfere tudo. É um governo que, com quase um ano, transfere a responsabilidade de seu desgoverno para o governo anterior. Ele ainda consegue, em quase um ano, dizer que a responsabilidade é do governo anterior, que a culpa é do governo passado, que a culpa é da crise mundial. Então, transfere.

É um governo que transfere para os servidores públicos a responsabilidade da falta de diálogo, ainda falta diálogo entre os servidores públicos. Não há diálogo porque a culpa é dos servidores públicos. Vai transferindo a responsabilidade. É um governo que transfere para esta Casa a responsabilidade de aumentar impostos para que Brasília saia da crise, só que esse aumento de impostos vai empobrecer ainda mais a população do Distrito Federal e frear a economia. Então, é um governo que continua transferindo a responsabilidade.

É um governo que transfere para os professores a responsabilidade – Professora Deputada Luzia de Paula, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Prof. Israel – pelos confrontos que aconteceram. Diz que os professores estavam naquela praça cometendo desordem, quando nós sabemos que não estavam. Estavam ali reivindicando seus direitos, mas o governador, Deputado Chico Vigilante, transfere para os professores a responsabilidade daquilo. Então, é responsabilidade dos professores.

É um governador que transfere a culpa para a Polícia Militar – estamos vendo aquela divulgação, Deputado Rafael Prudente, dizendo que haverá punição aos policiais militares. Então, transfere para os policiais militares a culpa de eventuais excessos, quando todo mundo sabe que os policiais militares estavam ali cumprindo ordem, Deputado Ricardo Vale. Ou alguém acha que uma tropa de choque vai se encontrar com policiais a seu bel prazer? Sou policial há 28 anos. Nunca ouvi dizer que uma tropa de choque sai do quartel sem estar cumprindo ordem. Ela foi para lá porque o governador mandou, ou porque alguém subordinado a ele mandou os policiais, determinou isso. É um governo que transfere a responsabilidade o tempo todo.

É importante o governo parar de transferir. Para mim, esse é o governo da transferência. (Pausa.)

(Corte do microfone.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Na hora que estava bom, V.Exa. cortou, Sr. Presidente?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 11 2015	16h43min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – É porque V.Exa. estava falando mal do governador.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Tire o Líder do Governo aí de perto, ele fez isso de propósito.

Voltando, Sr. Presidente, é importante que o governo assuma sua responsabilidade. Pare de transferir suas responsabilidades e comece a governar de fato. Principalmente, pare de transferir para esta Casa.

Hoje é importante que o governo saiba que nós não podemos governar no lugar dele, a não ser que se faça parlamentarismo no Distrito Federal. Continuar transferindo a responsabilidade para outros entes, ou para as categorias, não dá mais. Em minha opinião, o governo da transparência se tornou o governo da transferência.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Wellington Luiz.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, demais assessores, membros da imprensa aqui presentes, antes de mais nada, quero saudar os moradores do Condomínio Renascer que estão presentes e o pessoal do Guará, meus vizinhos, que estão lutando pelas quadras 38 a 58. Eu moro na famosa QE 40, no Polo de Modas, no setor Bernardo Sayão. Podem ter certeza de que estamos juntos. Qualquer projeto que venha a prejudicar o Guará não tem o meu voto favorável. Mas aquilo que venha beneficiar os moradores do Guará, com certeza vai ter nosso voto favorável. Não só o nosso voto, mas o nosso trabalho. Por ser morador da cidade, tenho compromisso com aquela cidade que escolhi para constituir minha família. Minhas filhas ali vivem e estudam, eu crio ali toda a minha família.

Venho aqui hoje falar de uma situação que nós começamos, e eu tenho certeza, Deputado Bispo Renato Andrade, Deputado Julio Cesar, de que V.Exas. têm total interesse nesse assunto. No início deste ano, eu me lembro, nós fizemos uma audiência pública neste lugar. Vieram aqui o Presidente da Terracap, o Secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação, e fizeram o compromisso de dar andamento à regularização dos templos religiosos, que foi aprovada em 2009 por meio da Lei Complementar nº 806, com diversos anexos.

No início do ano, o Governador do Distrito Federal Rodrigo Rollemberg fez uma entrega simbólica a algumas entidades assistenciais e religiosas que estavam preparadas, já estavam prontas na questão da regularização. De lá para cá, nós temos visto, infelizmente, que esse processo não sai do lugar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 11 2015	16h43min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Eu acredito, meu Presidente, Deputado Bispo Renato Andrade, e Deputado Julio Cesar, que uma das saídas da crise é pegar esses mais de 1.200 terrenos que estão relacionados em diversos anexos da Lei Complementar nº 806, que é a lei da chamada regularização de templos religiosos e de entidades assistenciais, e colocá-los para andar. Mais de 1.200 terrenos, Deputado Wellington Luiz, serão vendidos a essas entidades. Essa venda vai gerar recursos para o Distrito Federal, para os cofres da Terracap.

Nós aprovamos um projeto de lei nesta Casa que autoriza a transferência de recursos da Terracap à Novacap, para a execução de obras de urbanização, conforme alteração estatutária aprovada aqui neste plenário. Acho um pouco estranho que, quando questionada, a Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação diz que a prioridade, Deputado Bispo Renato Andrade e Deputado Julio Cesar, é somente quanto às entidades e terrenos que estão relacionados no anexo I.

Sobre os terrenos relacionados no anexo I, não é necessário fazer muito esforço. É só a Terracap botar para fazer: assinar o contrato, chamar a entidade e pronto, regularizou. Os outros anexos precisam de projeto de lei para algumas áreas serem desafetadas, e há áreas que precisam mudar a destinação. Houve questionamento da área técnica daquela secretaria de que era necessário fazer audiências públicas para mudança de destinação.

Quero deixar bem claro que, em 2009 – vou dar o exemplo do Sudoeste –, foi realizada audiência pública por esta Casa e, na época, pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SEDUMA, para avaliar a mudança de destinação de alguns templos religiosos e entidades assistenciais, ali no Sudoeste.

O que eu não consigo compreender é o porquê dessa morosidade na regularização fundiária no Distrito Federal, se a regularização fundiária seria uma das fontes de receita do governo. Eu tenho certeza de que ninguém, Deputado Lira, quer viver na ilegalidade, ninguém quer viver na clandestinidade.

Qual seria o interesse de esses projetos ou processos não terem o andamento devido dentro do governo? Eu queria entender quais são os imbróglios colocados, quais são os problemas estabelecidos. Será que nós não conseguimos vencer esses problemas?

Deputada Luzia de Paula, desde 2009 esse debate é feito nesta Casa. Desde 2009! Existe um proselitismo político dos chefes do Poder Executivo, que dizem que vão regularizar não só os templos, mas também as áreas destinadas às entidades de assistência social. No entanto, quando assumem, esquecem isso como prioridade.

E não falo só disso, a regularização fundiária do Distrito Federal precisa sair do papel, precisa deixar de andar a passos de tartaruga e começar a ter prioridade nesta cidade. Estive com o Governador há um tempo, e ele me disse que era prioridade dele fazer a regularização fundiária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 11 2015	16h43min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Eu acredito que seja prioridade do Governador, mas, talvez, não seja prioridade do seu Secretário, o Dr. Thiago Teixeira de Andrade, que disse textualmente que isso não seria prioridade. Bem, se é prioridade, prioridade exige tempo, exige estudo. Por que, então, isso não foi feito até hoje?

Não quero, obviamente, botar culpa em a, b ou c. Eu só quero que me respondam: por que, desde 2009, existe esse debate? Obviamente, houve alguns avanços. O Governo Agnelo corrigiu, na época, um problema que existia na legislação, daí as vistorias começaram a ser feitas, começaram a ser feitas audiências públicas.

Infelizmente, aquilo que o Governador determina ao seu Secretário não está sendo cumprido. Eu queria perguntar ao Secretário Thiago Teixeira de Andrade: quem é o Governador desta cidade? É o Governador Rodrigo Rollemberg ou é ele? Quem estabelece as prioridades na Secretaria dele é o Governador ou é o Secretário de Habitação? Pergunto isso porque, se o Governador diz – e não disse isso só para mim, ele disse isso em uma solenidade de entrega das primeiras cartas de regularização às entidades assistenciais e aos templos religiosos – que a regularização de todos os terrenos previstos na Lei 806 era prioridade de seu Governo. Eu acredito no Governador Rodrigo Rollemberg, sim.

Eu acho, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que o Secretário não entendeu o pedido do Governador. Nós precisamos desenhar para que o Secretário entenda que é prioridade a regularização fundiária.

Eu acredito que a área – principalmente a Secretaria de Gestão de Territórios – precisa abrir um canal de diálogo, porque não adianta nada dizer que parte do projeto é prioridade, e a outra parte, não.

Quero fazer um pedido, meu Líder de Governo, Deputado Julio Cesar: fale com o Secretário de Gestão de Territórios, clame para que ele consiga entender que é prioridade do Governador regularizar as áreas, principalmente os templos religiosos e as entidades de assistência social, pois o Governador disse que era prioridade.

Eu acredito que o Governador Rodrigo Rollemberg seja um homem de palavra neste ponto, mas eu entendo, Deputado Julio Cesar, Líder do Governo, que o Secretário não conseguiu entender que isso seja prioridade.

Eu não sei qual é a prioridade do Secretário porque existem hoje mais de trezentos projetos de incorporações que estão parados, Deputado Bispo Renato Andrade. Prédios já construídos estão parados, projetos não estão sendo aprovados. Isso está travando a economia do Distrito Federal.

Onde está a prioridade desse Secretário? Eu tenho certeza de que isso não parte do Governador, mas parte do Secretário, que não cumpre as ordens do seu superior.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 11 2015	16h43min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Então, peço, Deputado Julio Cesar, eminente Líder, que tem feito um trabalho fantástico nesta Casa: clame ao Secretário de Gestão do Território e Habitação para que ele priorize a regularização das entidades sociais e dos templos religiosos, que há muito tempo vêm sofrendo por opressão do Estado. Cada ano que passa existe um clamor nesta cidade de pessoas que querem a regularização de alguma área e, infelizmente, quem assume aquela pasta senta e não pisa o pé no freio não, Deputado Bispo Renato Andrade, dá uma marcha a ré, porque o que nós tivemos foi um retrocesso.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, V.Exa. é sempre eloquente nas suas colocações. Quero dizer que pode contar conosco. Inclusive, em uma conversa que nós tivemos esta semana, identificamos que nós devemos aproveitar o número de Deputados evangélicos que temos nesta Casa, o segmento, para irmos até o Secretário de Habitação ou até mesmo ao Governador e demonstrar que realmente nós queremos que haja a regularização dessas entidades, o que há muito tempo elas realmente vêm clamando.

Hoje o Secretário esteve aqui presente, mas veio tratar de uma pauta que não é essa que V.Exa. traz para nós, mas isso fica aqui registrado. Pode ter certeza de que o senhor terá todo o meu empenho e dedicação. Acredito que a união fará a força para que possamos resolver o problema dessas igrejas que há muito tempo vêm clamando por essa questão de justiça. Nós não podemos permitir que a Agefis venha derrubar igrejas, derrubar entidades sociais, muito menos casas, o que nós temos visto. Eu acho que realmente temos que lutar por esse direito e me somo a V.Exa. Nós vamos lá com toda força conversar com o Secretário e exigir isso, até porque existem alguns projetos que ele mandou para esta Casa, como a venda de alguns imóveis. Por que também não vender os imóveis que hoje as igrejas e as entidades estão ocupando e incluir, inserir, dentro desses pouco mais de trinta terrenos que vieram para esta Casa? Por que não incluir também as igrejas? Até mesmo porque isso trará um caixa para o governo.

Então, somo-me a V.Exa. Vamos, sim, cobrar do Governador e também do Secretário de Habitação. Conte comigo.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Obrigado, Deputado Julio Cesar. Quero deixar bem claro e repetir, mais uma vez, que o Governador Rodrigo Rollemberg disse que isso era prioridade. O que eu estou entendendo é que o seu secretário começa a definir, Deputado Lira, a pautar o que é prioridade para o Governador. O Governador determinou o que era prioridade e o Secretário não está fazendo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 11 2015	16h43min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Eu acredito que, em qualquer lugar, quando você tem alguém, algum empregado seu que não faz o que você determina, existem duas coisas: ou você o chama para corrigir ou você o chama para demitir.

Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conforme combinado no Colégio de Líderes, hoje nós estaríamos votando alguns projetos de Deputados. Eu queria solicitar aos Deputados que estão aqui na Casa no dia de hoje que desçam ao nosso plenário para que possamos, Deputado Wellington Luiz, Deputado Rodrigo Delmasso, Deputada Luzia de Paula, votar esses projetos que já estão na pauta, bem como moções e requerimentos, porque realmente há projetos importantes que precisamos votar.

Então, Sr. Presidente, eu faço este apelo a todos os Deputados que estão na Casa: desçam para que iniciemos o processo de votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concordo com V.Exa., mesmo porque os Deputados da Oposição estão todos aqui no plenário. Estão aqui a Deputada Luzia de Paula, o Deputado Lira, o Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Raimundo Ribeiro, também da Oposição.

Reitero o apelo. É muito ruim que não votemos alguma coisa hoje, especialmente os projetos de Deputados.

Encerro os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sras. e Srs. Deputados, membros do plenário e também da galeria, em especial, pessoal do Condomínio Renascer. Podem ter certeza de que vocês terão o meu apoio como Parlamentar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 11 2015	16h43min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Sr. Presidente, o que me traz a esta Casa hoje é a falta de água lá em São Sebastião, especialmente no Morro da Cruz, Zumbi dos Palmares e Capão Comprido. Já encaminhei requerimento ao governo e também à administração regional para que tomem providências, o mais urgente possível, para acabar com o problema de água naquela região. Inclusive destinei cerca de 4 milhões de reais para que o governo possa instalar água potável para esses moradores a partir de janeiro de 2016.

Também há outro assunto de muita importância referente à energia elétrica. São Sebastião ultimamente cresceu de maneira desordenada. Automaticamente a população começa a cobrar a questão dos equipamentos públicos e benfeitorias para toda a comunidade. E uma das coisas que mais têm chamado a atenção daqueles moradores é a falta de iluminação pública, de energia elétrica nesses bairros que acabei de mencionar, em especial, o Morro da Cruz.

Eu destinei para serem executados, nesse ano de 2015, R\$600.000,00 (seiscentos mil reais), mas a CEB se recusa a executar a obra, porque, segundo ela, tem de ter a autorização do Poder Executivo. E eu também já cobrei do Poder Executivo medidas necessárias para que a CEB tenha condições de entrar lá no Morro da Cruz e executar as obras de que a comunidade necessita. À noite, falta segurança, e a comunidade, os moradores têm de se deslocar a uma longa distância, a pé e, às vezes, de bicicleta, no escuro. Sem contar também que, no horário de pico, os moradores sentem a falta de energia, porque não conseguem tomar banho quente e muito menos assistir a sua novela preferida. Ou seja, os moradores do Morro da Cruz, de Zumbi dos Palmares e de Capão Comprido pedem socorro ao governo.

Eu estou aqui em nome dessa comunidade pedindo ao Governador Rodrigo Rollemberg e também aos meus pares que se empenhem na liberação dos recursos para São Sebastião o mais urgente possível, porque não faz sentido uma comunidade com mais de 120 mil habitantes sofrer os problemas que ela vem sofrendo ao longo dos anos com a falta de água, com a falta de segurança, com a falta de iluminação pública, ou seja, de energia elétrica.

Então, precisamos, sim, que o governo acate, execute as emendas que eu destinei para que as obras sejam executadas neste ano de 2015. Eu não vou admitir, ao chegar janeiro, o governo não ter executado essa obra lá no Morro da Cruz.

Além do mais, há o problema das calçadas, que estamos também reivindicando. Porque o bairro cresceu e o governo não tem acompanhado esse crescimento da população. E o resultado, repito, é a falta de infraestrutura e saneamento básico. Então, uma vez que o governo permitiu que houvesse esse crescimento desordenado, agora arque com os benefícios para essas comunidades.

Como porta-voz de São Sebastião e dessas comunidades aqui na Câmara Legislativa, faço um apelo ao Governador para que S.Exa. não se esqueça de São



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 11 2015	16h43min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Sebastião e que planeje para o próximo ano, 2016, um pacote de obras que possa beneficiar toda essa comunidade.

Aqui faço um alento ao apelo dos moradores, em especial, dos líderes comunitários, como o nosso amigo Assis, o Rogério da associação do Morro da Cruz, que também tem me cobrado muitas dessas benfeitorias, assim como outras lideranças, o Joe, a Associação de Mulheres de São Sebastião, que também tem desempenhado um trabalho importante naquela comunidade.

Nós precisamos sim que toda essa comunidade possa se unir em torno desse meu pedido e possa cobrar do Governador a execução das obras, das emendas que eu destinei tanto para este ano, 2015, quanto para o ano de 2016. Vamos que vamos, porque as chuvas estão chegando e os problemas só tendem a aumentar cada vez mais.

Por isso, peço ao Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, e também ao Igor, Assessor do Governo na Câmara Legislativa, que levem essa mensagem ao Governador, para que S.Exa. não se esqueça do Morro da Cruz, não se esqueça do Capão Comprido, não se esqueça da Vila do Boa, do São Gabriel, do Bela Vista, ou seja, não se esqueça de São Sebastião. São Sebastião pede socorro.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado Lira.

Nós estamos precisando de, pelo menos, mais um Deputado para que possamos começar o processo de votação, Deputado Roosevelt, Deputado Prof. Israel, Deputado Wellington Luiz, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero reiterar o nosso pedido. Está faltando apenas um Deputado para podermos votar os projetos de Deputados nesta tarde. Faço um apelo a todos os Deputados que se encontram na Casa que venham para o plenário para podermos votar hoje os projetos que vão vir para ajudar a nossa sociedade.

Respondendo à questão do Deputado Lira, eu acho que deveríamos fazer um requerimento e encaminhar ao Presidente da Caesb, porque é inadmissível o Morro da Cruz, um bairro como aquele, onde tantas pessoas residem, ficar sem água. Vemos que essa é uma situação muito ruim. V.Exa. tem meu compromisso. Eu já estou ligando para o Presidente da Caesb, mas acho que devemos fazer um requerimento cobrando explicações e providências ao Presidente da Caesb.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 11 2015	16h43min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, acatando uma ação do Ministério Público, declarou inconstitucional a Lei nº 1.400, de 1997. É uma lei distrital que criou o Parque Recreativo e Ecológico Canela de Ema, em Sobradinho.

Eu estou aqui sugerindo uma indicação para que o Ibama e a Secretaria do Meio Ambiente encaminhem para esta Casa, que o Governo do Distrito Federal mande, em regime de urgência, um projeto de lei criando aquele parque, até porque aquele parque já existe.

Embora o Tribunal de Justiça tenha acatado a ação de inconstitucionalidade da lei, pelo Ministério Público, aquele parque tem uma importância muito grande para a população de Sobradinho, para a população de Sobradinho II, para a população da região de condomínios e do setor de mansões. Já existe uma associação que defende a implementação da infraestrutura do parque. Vários Deputados, ao longo dessas legislaturas, desde 1997, têm apresentado emendas, recursos para implementação do parque, e ficamos muito preocupados, porque, com essa decisão do Tribunal de Justiça, percebemos a especulação imobiliária de olho nele. Existem nascentes ali e uma vasta quantidade de fauna, de flora, que não podemos, em hipótese alguma, deixar que se perca.

Estou protocolando hoje uma indicação, para que ao Governo do Distrito Federal, em regime de urgência, apresente um projeto de lei que garanta a existência do Parque Canela de Ema. Quero pedir o apoio de todos os Deputados desta Casa, para que não nos descuidemos. E que seja rápido, porque sabemos como a especulação imobiliária, como os grileiros e como as pessoas que se utilizam da terra em benefício próprio agem nesta cidade. É necessária uma ação rápida do Estado, desta Casa, para garantir que aquele parque maravilhoso, lindo e extremamente importante para aquela população de Sobradinho fique garantido.

Com relação aos votos, à sessão de hoje, quero dizer aos meus amigos Deputados que permaneço em obstrução. Sei que existem projetos importantes aqui, de autoria de Deputados, inclusive projetos meus, mas, em solidariedade aos professores que ainda estão em greve, bem como a várias categorias – dei minha palavra aos servidores –, enquanto o Governador não apresentar uma proposta coerente, decente, digna do serviço público do Distrito Federal e dos servidores, eu não voto nada.

Sugiro que, em vez de aprovarmos alguma coisa aqui, hoje, peguemos os nossos telefones, todos nós, e pressionemos o Governador Rodrigo Rollemberg a resolver a questão do reajuste dos servidores públicos e dos serviços públicos do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 11 2015	16h43min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Distrito Federal, que, infelizmente, a cada dia, a cada mês, vêm piorando em nossa cidade.

Portanto, em solidariedade aos servidores, permanecerei em obstrução e não vou votar absolutamente nada aqui, hoje.

Muito obrigado.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a inclusão na pauta dos Projetos de Lei nºs 89 e 95, de 2015, que são de vossa autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Acato a questão de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, já fizemos um apelo para que os Deputados descessem e votássemos pelo menos os projetos de autoria deles, mas, infelizmente, não estamos conseguindo atingir o *quorum* necessário. Portanto, também vou me retirar.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Agradeço a V.Exas., que ficaram até agora para que tivéssemos *quorum*.

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos! Quero dedicar a minha fala, hoje, a um esclarecimento. Na verdade, quero fazer um contraponto. Acompanhamos na mídia, nesses últimos dias, as ações da Polícia Militar com relação às manifestações e ao movimento grevista dos professores, e quero dizer que apoio as reivindicações dos professores. Todo movimento grevista, todas manifestações têm o nosso apoio.

Agora, não podemos denegrir a imagem de uma categoria centenária, como a Polícia Militar, para sensibilizar o Governo. A Polícia Militar tem como atribuição desobstruir as vias quando as pessoas estiverem atrapalhando o direito de ir e vir das pessoas, e foi o que observamos. Temos que fazer o contraponto, Deputado Wellington. V.Exa., que é da segurança pública, também entende que o policial militar, o policial civil e o bombeiro militar são adestrados para cumprir a lei. Temos uma legislação que proíbe o fechamento das vias, e a Polícia Militar foi lá e cumpriu o seu papel.

Eu recebi – acho que todos aqui receberam – vídeos com a demonstração das ações. O primeiro que comento é o que mostra a Polícia Militar, a todo momento, negociando com os manifestantes. Ficou claro. A Polícia Militar negociou a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 11 2015	16h43min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

todo momento. No segundo vídeo, observamos os policiais militares fazendo a abordagem de um carro. Acho que todos viram esse vídeo. Para vocês perceberem como a Polícia Militar agiu dentro da técnica, vou comentá-lo: três policiais abordam o carro, um sedã médio de luxo com adesivo da CUT. Um policial faz a abordagem pela porta do passageiro e o outro policial, pela porta do motorista. O terceiro policial, que aborda o carro, que não cumpriu a determinação de parar, abre a porta e retira o motorista. Após a retirada do condutor do carro, o policial ordena que ele se deite de braços abertos – esse procedimento é adotado mundialmente –, e o manifestante toma a posição. Vocês podem se recordar de que a polícia não chega mais perto dele. O policial que fez a abordagem na porta já vai para outra situação, ou seja, não houve excesso em momento algum.

Deputado Wellington, já em outros estados, não faltam policiais militares que se excedem.

Vi uma imagem também em que um manifestante levanta a camisa e tem uma marca de munição de borracha. Excesso seria se ali estivessem usando munição real. Olhem a tragédia que teríamos! Então, tivemos um policial militar equipado e preparado para fazer a contenção.

No terceiro vídeo, dentro da delegacia, um manifestante se dirige diretamente ao policial militar que está do lado de dentro do balcão e o chama de bandido. Se fosse um policial militar despreparado, o que ele teria feito? Teria ido lá e agredido o manifestante. Mas o que ele fez? Sentou o cidadão do lado de dentro do balcão da delegacia e falou: “O senhor está preso, e policial militar não é bandido!”

Então, quero repetir mais uma vez que defendo a questão dos professores, mas manifestante não pode chamar policial de bandido. Não é por aí que vamos atingir nosso objetivo.

Quero dar os meus parabéns à Polícia Militar, pela postura retilínea, dentro dos padrões. Quem não se recorda, Deputado Wellington, há alguns anos, de um jogo de futebol lá no Gama, entre os times de São Paulo e Goiás, quando ocorreu uma ação desastrosa? Ali houve excesso. Um policial armado, com munição real, deu uma coronhada no torcedor, a arma disparou, e todos sabem o desfecho. Vemos o quanto a nossa polícia evoluiu.

Acho que os professores que estão se manifestando têm de bater palmas para a Polícia Militar, porque ela agiu tecnicamente e, em nenhum momento, houve qualquer tipo de excesso. O que me deixa mais triste é ver uma nota do Sindicato da Polícia Civil criticar e reprimir a postura da Polícia Militar. Eu fiquei estarecido. Uma coisa é um enfermeiro que assistiu às cenas na televisão falar: “Nossa, o policial militar se excedeu!” Ele é leigo em matéria de ação policial. Agora, o Sindicato da Polícia Civil? Deputado Wellington, o senhor está fazendo muita falta naquele sindicato! Quando o senhor estava à frente dele, não ocorria esse tipo de ingerência



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 11 2015	16h43min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

política desastrosa, o que corrobora a tese de que muitos desses movimentos são movimentos políticos, não são movimentos reivindicatórios: usam a categoria para atingir o governo. Você atinge o governo na hora do voto. Vá votar: 2018 está aí! Votem e voltem para o governo. Agora, não. Agora, temos que contribuir para o processo.

Nosso Governador, Rodrigo Rollemberg, tem feito um esforço sobre-humano, para atender as categorias, porque são reivindicações legítimas, mas não podemos misturar, neste momento, política com reivindicação. As reivindicações são feitas através de um processo político legítimo, mas não dessa forma.

Então, eu reitero aqui, mais uma vez, o meu apoio aos professores e dou meus parabéns a todos os policiais militares que agiram naquele momento, porque, se eles tivessem trabalhado de forma errada, hoje nós poderíamos estar discutindo uma tragédia, o que não ocorreu.

Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade.

Boa tarde a todos.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, concordo com as palavras do Deputado Roosevelt Vilela. Todo mundo sabe do carinho e admiração que tenho pela Polícia Militar do Distrito Federal e sabe que aqueles homens e mulheres estavam ali cumprindo o seu papel. A única coisa, Deputado Roosevelt Vilela, que eu acrescento – até porque eu não discordo exatamente de nada do que V.Exa. colocou – é que, talvez, não fosse necessário expor a Polícia Militar. Talvez não fosse necessário que a polícia de choque estivesse ali, até porque nós temos policiais militares extremamente preparados, habilitados no trato de negociações – Deputado Rafael Prudente, eu sei disso –, em casos de sequestros, sequestros relâmpagos. Nós temos policiais civis, policiais militares muito bem preparados. Talvez um processo de negociação evitasse aquilo ali, e o que me preocupa, Deputado Roosevelt Vilela, é exatamente a exposição em que foram colocados aqueles homens.

Talvez tenham que ter cuidado para que fatos como aquele da Novacap ou da Estrutural não se repitam e, depois, não tenham que se sentar no banco dos réus policiais, que acabam sendo condenados, às vezes, pela opinião pública, quando eles simplesmente exerceram seu papel de coibir excessos. Não há responsabilidade nenhuma no caso dos professores e não há responsabilidade nenhuma no caso dos policiais. Eu sempre fui um policial de rua e sei a dificuldade de quando se vai para a rua.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 11 2015	16h43min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Deputado, se V.Exa. me permite, vou contar aqui muito rapidamente fatos que me chamam a atenção. É muito rápido realmente. Deputado Roosevelt Vilela, um colega nosso estava na Ceilândia para atender uma ocorrência de tentativa de homicídio. Quando chegou a uma daquelas expansões, onde, obviamente, não havia luz, deparou-se com uma pessoa segurando a outra por trás e o outro com uma faca na frente. Ele tentou atirar para matar a pessoa que estava com a faca, para salvar a vida daquele que estava sendo segurado. De repente, caiu. Quando caiu, sabe o que estava acontecendo? O cara que estava segurando o outro por trás estava levantando-o, e o que estava na frente estava cortando a corda. O cara estava se enforcando. Era tentativa de suicídio. O policial tem segundos para raciocinar. Então, é muito fácil, num confronto, o policial, em alguns segundos, ter que agir, e depois o promotor e o juiz terem horas e horas para apreciar a avaliação daquele policial que teve alguns segundos.

Portanto, não podemos expor nossos policiais que têm que agir em segundos e depois têm todo o tempo do mundo para ser condenados. Temos que ter muito cuidado com isso, temos que ter a sabedoria para, em confrontos como esse, onde estão trabalhadores, evitar que esses policiais cheguem lá, e aí, com certeza absoluta, não haverá confronto entre policiais e professores.

Parabéns pelas palavras, Deputado Roosevelt Vilela.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – E mais uma discordância em relação às palavras do Deputado Roosevelt Vilela: S.Exa. disse que V.Exa. está fazendo falta lá no sindicato, mas quero dizer que nós não abrimos mão de V.Exa. nesta Casa. Que eles arrumem outro presidente tão combativo! Não vou falar do presidente atual porque eu não o conheço, mas que arrumem outro, e não V.Exa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, obrigado por ter me corrigido. Quando eu falei, não era no sentido de V.Exa. nos largar, Deputado Wellington Luiz, era só para reforçar o período em que V.Exa. esteve à frente do sindicato. Foi uma condução excepcional. A Polícia Civil teve grandes ganhos, a Polícia Civil evoluiu bastante. Isso é fato, todos nós sabemos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 11 2015	16h43min	98ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Os presidentes de sindicato têm que tomar cuidado para não expor as categorias.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Agradecendo aos Deputados que continuam no plenário – Deputado Roosevelt Vilela, Deputado Lira, Deputado Rafael Prudente, Deputado Wellington Luiz –, por absoluta falta de *quorum* e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h56min.)